

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 8035, DE 2011, DO EXECUTIVO, QUE APROVA O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA O DECÊNIO 2011-2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 8.035, DE 2010.  
(do Poder Executivo)**

Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

**EMENDA MODIFICATIVA**

*Acrescente-se à meta 18 a seguinte redação:*

Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica pública em todos os sistemas de ensino, tendo como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do artigo 206, VIII, da Constituição Federal, garantindo inclusive a destinação de pelo menos um terço da carga horária de trabalho de todos os professores da Educação Básica para atividades de planejamento, avaliação e pesquisa fora da sala de aula, em todo o País.

**JUSTIFICAÇÃO**

A proposta para garantir 1/3 da jornada de trabalho extra sala para os docentes da Educação Básica é resultado de uma luta histórica da categoria e da sociedade como um todo. Apesar de constitucionalidade desse direito ter sido confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, trata-se de uma conquista que ainda precisa ser ratificada no novo Plano Nacional de Educação, de modo a garantir as condições

objetivas essenciais ao cumprimento desse direito por todos os estabelecimentos de ensino do País, inclusive os da educação privada.

Apesar de tal direito constar da Lei que estabeleceu o piso salarial nacional do magistério, essa conquista vem enfrentando resistência por parte de gestores, dada a necessidade de se ampliar significativamente a base de professores, para cumprimento do direito a um terço da jornada de trabalho para atividades extra-sala.

A ratificação desse direito no novo Plano Nacional de Educação será um instrumento essencial para que todos os gestores públicos brasileiros se preparem para efetivamente respeitar a lei do Piso dos Professores, em sua integralidade – incluindo a jornada extra-sala. É inegável a necessidade pedagógica de preparação, reflexão e planejamento para a prática docente. O professor, na sua prática cotidiana, precisa de tempo suficiente para refletir sobre suas atividades e melhor elaborar suas ações.

Neste sentido, propõe-se que um terço da carga horária dos professores seja destinado a atividades extra-sala (mas dentro da escola), garantindo-lhes tempo para planejar suas aulas, fazer pesquisas, avaliar atividades de seus alunos, dentre outras ações.

Ratificar no PNE esse direito legal de todos os docentes da Educação Básica é inegavelmente contribuir diretamente com a qualidade do ensino no Brasil.

Face ao exposto, submetemos à apreciação do nobre relator Ângelo Vanhoni, a emenda ora apresentada.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2011

**Deputado CHICO LOPES**